



Reunião ordinária – Ata n.º 14/2016

Data 2016-05-23

Início 14.35 horas

Local Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo: 17.00 horas

Presenças:

Presidente	Anabela Gaspar de Freitas
Vereadores	João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro
	Pedro Alexandre Ramos Marques
	Rui Miguel dos Santos Serrano
	Maria Beatriz Schulz Nunes
	Bruno Vítor Domingos Graça
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal

Não podendo estar presente na reunião, por motivos profissionais, o Senhor Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge solicitou a sua substituição nos termos do artigo 78.º da L.A.L., pelo cidadão do PSD imediatamente a seguir na ordem da lista concorrente à Câmara Municipal, Maria Beatriz Schulz Nunes.-----

Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos:-----

APROVAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES DE 26-04-2016 E 09-05-2016 -----

BALANCETE-----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:-----

N.º 01 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (11/PPSR/PR/2016) --

N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR (12/PPSR/PR/2016)-----

N.º 03 – PROTOCOLO DE PARCERIA COM A VODAFONE PORTUGAL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA (23/PPRC/PR/2016) -----



J
Adl

56

- N.º 04 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO NO ÂMBITO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO APRESENTADO PELO MUNICÍPIO DE TOMAR (3302/ENTE/DAJA/2016) -----
PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----**
- N.º 05 – CEDÊNCIA DE PARTE DE EDIFÍCIO MUNICIPAL (1.º PISO, ALA NASCENTE DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO) À ADIRN (3081/ENTE/DAJA/2016 - 14/ENTEXT/PR/2013)
INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----**
- N.º 06 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR REFERENTE A 2015 (2974/ENTE/DAJA/2016 - 16/ENTEXT/PR/2013) -----**
- N.º 07 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO PARA OTIMIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS E A REALIZAR NO CABLE PARK INSTALADO NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TOMAR – ponto da situação (22/PPRC/PR/2016)-----**
- N.º 08 – GEMINAÇÃO ENTRE TOMAR E VINCENNES (21/PPRC/PR/2016) -----
GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: -----**
- N.º 09 – TRANSMISSÃO DO LOTE 9 DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR E DAS CONSTRUÇÕES EXISTENTES (33/PGEN/DAJA/2016 - 21/DIVER/DAJA/2016)-----
GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----**
- N.º 10 – ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA A FEIRA DE SANTA IRIA 2016 - nomeação de júri (35/PGEN/DME/2016 - 1/DIVER/GELS/2016) -----**
- N.º 11 – FEIRA DE SANTA IRIA 2016 – organização do espaço (32/PGEN/GELS/2016 - 1/DIVER/GELS/2016)-----**
- DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 12 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NO TERREIRO DE D. GUALDIM PAIS – Regimento de Infantaria n.º 15 (2939/ENTE/DAJA/2016 - 24/DIVER/PR/2013) -----**
- N.º 13 – CEDÊNCIA DE GRADES DE PROTEÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO REMEMBER PIM PIM 2016 (2923/ENTE/DAJA/2016 - 14/DIVER/DOM/2014)-----**
- N.º 14 – CEDÊNCIA DE AREIA DO RIO À JUNTA DE FREGUESIA DE OLALHAS (2584/ENTE/DAJA/2016 - 3/JUNFRE/PR/2013) -----**
- N.º 15 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO**



J.
[Signature]

57

ÁLVARES PEREIRA - Liberação de garantia (2333/ENTE/DAJA/2016 - 47/CONPUB/DOM/2013) -----

N.º 16 - EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA (ESCOLA DO 1.º CICLO) - Liberação de garantia (2332/ENTE/DAJA/2016 - 55/CONPUB/DOM/2013) -----

N.º 17 - EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA (ESCOLA DO 2.º E 3.º CICLOS E PAVILHÃO DESPORTIVO) - Liberação de garantia (2334/ENTE/DAJA/2016 - 56/CONPUB/DOM/2013) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 18 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (1/EPAR/DGT/2016 - 183/EDIF/DGT/2016) -----

N.º 19 - LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES - Declaração de Caducidade - Proc.º 1252/2004 (71/EALV/DGT/2016 - 128/EDIF/DGT/2016) -----

N.º 20 - ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ARMAZÉM PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS - lugares de estacionamento - Proc.º 408/2015 - Jacinto das Neves Henriques (132/JUEL/DGT/2016 - 408/EDIF/DGT/2015) -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 21 - UTILIZAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA PROCISSÃO DAS VELAS - ISENÇÃO DE TAXAS (13/OVEP/DAJA/2016 - 11/AUTLIC/DAJA/2016) -----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA: -----

N.º 22 - UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO - Agrupamento 542 do Corpo Nacional de Escutas (3073/ENTE/DAJA/2016 - 3/ESPEQ/DTC/2014) -----

N.º 23 - 23.º CONGRESSO DA SOPA - Balanço final (55/PGEN/DTC/2016 - 20/ATIVEV/DTC/2015) -----

N.º 24 - CEDÊNCIA DE PROJETORES À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E DESPORTIVA DE CHARNECA DO MAXIAL (2615/ENTE/DAJA/2016 - 24/ASSCUL/DTC/2016) -----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 25 - UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR - Sociedade Filarmónica Gualdim Pais (2756/ENTE/DAJA/2016 - 6/CEDESP/UDJ/2014) -----



N.º 26 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR E DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA - Associação Nacional de Artes Marciais/Centro de Karate-do Shotokan de Tomar (2616/ENTE/DAJA/2016 - 1/CEDESP/UDJ/2014)-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 27 - FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO (3051/ENTE/DAJA/2016 - 1/ENTEXT/PR/2013)-----

Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

O Sr. Vereador Bruno Graça começou por informar que vai proceder-se ao corte de uma tília junto ao Convento de São Francisco, à entrada das instalações onde funciona o secretariado da Feira de Santa Iria, por apresentar lesões, na base e corpo do tronco, que comprometem a sua sustentabilidade e exigem que se intervenha para eliminar riscos para pessoas e bens. Deu conhecimento que se iniciaram as obras de recuperação e manutenção no Cemitério de Marmelais (Capela, Torre Sineira, instalações sanitárias e edifício administrativo, sala de autópsias, ossários e muro exterior), com o custo de cerca de quarenta e cinco mil euros, acrescido do IVA à taxa legal, sendo de cento e oitenta dias o prazo de execução. Informou que, na semana passada, teve lugar uma hasta pública para atribuição de espaços no Mercado Municipal, tendo sido atribuídos uma banca de pescado e a loja um/dois. De seguida, deu conhecimento que, no passado dia nove, o PCP entregou na Assembleia da República um Projeto de Lei que visa estabelecer o regime de atribuição de incentivos e apoio à fixação de médicos nas zonas carenciadas, projeto que pretende facilitar que possa haver médicos que aceitem trabalhar no interior do país, mediante incentivos de ordem monetária, social e formativa. Deu conta que, na sexta-feira, tiveram lugar na Assembleia da República as votações dos Projetos de Resolução relacionados com a reabertura da medicina interna, da pediatria e da urgência no Centro Hospitalar do Médio Tejo, os quais foram todos aprovados, todos eles com a abstenção do PSD. Deu conhecimento que o viveiro municipal já começou a ser visitado por escolas, tendo recebido a visita de três turmas, que passaram ali uma parte da manhã, vendo o que se faz e como se faz, convivendo com um espaço verde que continua com muitas insuficiências mas já é minimamente visitável, com proveito para os alunos. Por último, informou que decorrem os procedimentos para aquisição de equipamento para os serviços de higiene e limpeza (uma varredora e um aspirador elétrico) e para os espaços verdes (um trator corta relva, uma máquina de cortar relva e uma moto roçadora), indispensável para se



poder recuperar a imagem da cidade de Tomar, o qual irá aliviar de alguma maneira a pressão do pessoal pois são equipamentos mais rentáveis e exigem menos mão-de-obra, sendo certo que não vão deixar de sentir a falta de recursos humanos porque os que existem são claramente insuficientes.-----

A Sra. Presidente começou por dar conhecimento que, em junho, em data a indicar, o Sr. Ministro da Saúde se desloca a Tomar. De seguida, referiu-se às declarações proferidas pelo Sr. Vereador Pedro Marques sobre o Congresso da Sopa, na última reunião do Executivo Municipal e, depois, publicamente, num órgão da comunicação social, as quais considera lamentáveis. Disse ao Sr. Vereador que é sua forma de atuação levantar falsos testemunhos, como fez aqui em relação aos trabalhadores do Município, referindo, a título de exemplo, as situações mais recentes: - referiu aqui que a Escola Profissional de Tomar não pagava renda, o que não é verdade; lançou aqui um conjunto de suspeitas quanto ao projeto que a Escola Profissional está a fazer para as instalações do Município, que são e serão municipais - a este propósito, recordou que, há três ou quatro mandatos atrás, o projeto de valorização das ruínas romanas situadas atrás do Quartel dos Bombeiros, espaço que é propriedade privada, foi entregue na Câmara Municipal por um conjunto de cidadãos; - há dois anos para cá, vem colocando nas declarações de voto relativas à prestação de contas de dois mil e catorze e dois mil e quinze, que o Município não paga subsídio de férias e de natal aos trabalhadores, o que é manifestamente falso. Disse ao Sr. Vereador Pedro Marques, exatamente como um anterior presidente da Câmara lhe disse, também numa reunião da Câmara, que chega de levantar falsos testemunhos, se tem alguma coisa a apontar vá pelas vias certas, pelas vias judiciais. Disse que, a partir de agora, será extraída certidão de qualquer declaração que levante falsos testemunhos sobre coisas da nossa cidade, ou sobre trabalhadores, e serão tomadas as devidas precauções. Saliu que o que o Sr. Vereador disse em relação ao Congresso da sopa enxovalhou os trabalhadores do Município, pôs em causa todas as pessoas que trabalharam no evento - os restaurantes, os produtores e o CIRE - e o próprio evento, que todos concordam ser importante para a cidade e conta com o empenho das pessoas também devido ao seu cariz solidário. Disse ao Sr. Vereador que tinha que lhe dizer isto aqui pois, como ele muito bem costuma dizer, e muitas vezes, é o sítio onde as coisas devem ser tratadas.-----

O Sr. Vereador Pedro Marques afirmou que nada mais falso e de baixa política que aquilo que a Sra. Presidente acabou de dizer, sugerindo-lhe que ouvisse o que disse e os factos que descreveu, e são verdadeiros, como a própria confirma no seu comunicado, à exceção de um



de que se esqueceu e que foi o facto de ter dito que não foi emitido recibo. Saliu que nunca falou nos trabalhadores ou os pôs em causa, não disse mais do que: "De seguida referiu que as contas do Congresso da Sopa não poderão ser as mais corretas porque houve pagamentos sem qualquer recibo, adiantando que pagou três euros por um kit, não foi emitido recibo e, para sua surpresa, o troco que lhe foi dado foi retirado do bolso de alguém. Disse que, há muito tempo, desde o início, defende que a receita do Congresso da Sopa fosse para o CIRE e que fosse a instituição a vender os bilhetes. Referiu que aguarda para ver o que vai chegar, os convites que houve ou não houve, porque isso também importa."; e, se tinha que o fazer, a única conclusão que a Sra. Presidente podia tirar é que era um problema de organização. Afirmou que só se referiu a factos concretos e que é a Sra. Presidente que tenta extrapolar, acusando-o. Saliu que, se nalguma declaração de voto foi referido que o Município não paga subsídios de férias e de natal aos trabalhadores, trata-se de um lapso, que assumirá se o verificar, se calhar porque houve anos em que os trabalhadores da função pública não receberam esses subsídios. Afirmou que nunca pôs em causa a Escola Profissional, antes interveio em sua defesa, porque não pode estar a realizar uma despesa sem ter um protocolo que, internamente, a justifique – se alguém daqui está na Administração devia defender isso também – sendo certo que está perfeitamente à vontade sobre isso porque, dos presentes, se alguém defendeu a Escola Profissional foi ele, há muitos anos. Disse que repudia veementemente o comunicado da Sra. Presidente, que foi a atitude mais baixa que conhece, nos muitos anos que anda nisto, de alguém nas funções de presidente para com um autarca. Relatou que, antes do comunicado, em resposta a um e-mail que a Sra. Chefe de Divisão mandou para várias pessoas lhe disse que o local onde se referiu ao assunto foi o local certo e estaria disponível para esclarecer o assunto numa reunião com ela e com a Sra. Presidente; ligou à Sra. Presidente, que lhe mandou uma mensagem a dizer que estava numa reunião e depois lhe ligava, o que não aconteceu até agora. Reafirmou que é aqui o local certo para abordar estas questões e que os trabalhadores o conhecem há muito anos, quer estes quer outros dos lugares por onde passou, sabem que os tratava sempre com respeito e com frontalidade, e continua a fazê-lo. Disse que a Sra. Presidente é que devia pedir desculpas públicas aos trabalhadores que emprateleirou quando cá chegou, a Sra. Presidente é que lhes faltou ao respeito, pois, das suas palavras, só abusivamente, como a Sra. Presidente fez, se pode concluir que ofendeu os trabalhadores. Afirmou que não vale tudo em política e que a Sra. Presidente pode ir onde quiser, com o que quiser, sem problema nenhum, está de consciência tranquila naquilo que disse - e está gravado, quer na reunião da Câmara quer na



comunicação social - e não falou em trabalhadores. Disse que estranhou quando alguém lhe falou num comunicado da Câmara, porque não tinha conhecimento que tivesse havido reunião de Câmara em que tivesse havido deliberação ou sido aprovado o comunicado, mas também é verdade que já ouviu falar em alguém que fez uma deliberação sem haver reunião da Junta e todos se calaram. Disse que a Sra. Presidente, em vez de fazer o comunicado a atacá-lo devia ver o que é que se passou e afinar a organização para que a transparência fosse total e, no futuro, não houvesse mais equívocos, e que está enganada se pensa que recua por causa dessas ameaças. Referiu que tem todo o respeito pelos partidos, apesar de não concordar com muitas coisas que eles fazem, daí estar onde está, e não confunde o PS com o grupo liderado pela Sra. Presidente, sendo certo que não vale a pena, como já tentaram fazer, começar a diabolizar o seu chefe de gabinete porque as relações mantêm-se - e bem, não tem nada a ver com isso - e, nas próximas eleições, não tornam a enganar o povo dizendo que não vai ser candidato, as pessoas já perceberam o que é que se passa. Disse que a Sra. Presidente está enganada ao tentar vir para aqui com comunicados destes, tentando calá-lo, e referiu que pode não engolir sapos tão grandes como o Vereador Rui tem engolido mas pode engolir sapos, sendo certo que, se depender de si, tudo fará para que a Sra. Presidente não seja a próxima Presidente, não haja a menor dúvida sobre isso, porque aquilo que fez é mau demais. Disse que, agora, a Sra. Presidente veio reafirmar aquilo que é falso - pediu-lhe que diga onde é que referiu qualquer trabalhador, ou fosse quem fosse - e que, a ter que inferir alguma conclusão do que disse, e está registado, é pura e simplesmente que a organização devia ser afinada para que equívocos destes não se registassem. Disse que vai apresentar uma declaração para a ata sobre o assunto mas não quer deixar de realçar que não tem quaisquer dúvidas que não deve qualquer pedido de desculpas aos trabalhadores e voluntários do Congresso da Sopa, e de reiterar a todos os trabalhadores do Município o respeito - que, aliás, a Sra. Presidente soube pôr de lado relativamente a alguns funcionários municipais, no início do mandato, e, até ao momento, não apresentou, como devia, pedido de desculpas - e o agradecimento pela forma abnegada como, no exercício das suas funções, sempre souberam defender o interesse público. -----

A Sra. Presidente afirmou que não retira uma palavra do que disse, ou do que escreveu no comunicado que assinou, e que jamais lhe passaria pela cabeça que, interpretando isto como ameaças, o Sr. Vereador recuasse, da mesma maneira que não interpreta as más palavras que o Sr. Vereador proferiu aos microfones de um órgão de comunicação social com outro tipo de leituras, como também já ouviu. Salientou que é óbvio que o Sr. Vereador atacou os



trabalhadores da Câmara porque são eles que fazem o Congresso da Sopa, sendo certo que o trabalhador não lhe devia ter dado o troco se a caixa já estava encerrada, e foi chamado à atenção sobre isso, mas fê-lo tendo em atenção o facto de ser vereador. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques salientou que a conclusão é da Sra. Presidente pois se a caixa estava fechada a pessoa só tinha que o dizer e não devia ter dado o troco, como a Sra. Presidente acaba por reiterar, pois aguardaria que retirasse o troco da caixa sem qualquer problema, sendo certo que, na altura não viu se havia caixa ou não, deu cinco euros e alguém lhe deu o troco. Sublinhou que se limitou a relatar aqui os factos, sendo a conclusão da Sra. Presidente, a quem, aliás, não pediu para retirar o que quer que seja, porque só lhe fica bem o que disse, cada vez mais não espera o melhor da sua parte. Disse que há coisas que não vale a pena, quando a escola é a mesma, ou é farinha do mesmo saco, não esperam melhor, a Sra. Presidente fica com a sua opinião e com o comunicado que emitiu e as pessoas extrairão dos factos aquilo que entenderem, sendo certo que a Sra. Presidente, ao extrair dos fatos aquilo que entendeu foi baixa política e, diga o que disser, não retira uma palavra do que disse.-----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão referiu que tem que abordar esta questão porque o funcionário em causa pertence à Unidade de Desporto e Juventude, que está à sua responsabilidade. Disse que, na última reunião, não atribuiu grande importância às afirmações do Vereador Pedro Marques mas, depois de perceber que isso fez notícia e a maneira como isso, desde logo, manchava o evento, tentou apurar o que se tinha passado e sentiu grande desconforto na generalidade dos funcionários em relação às palavras do Sr. Vereador Pedro Marques, tanto que foram os próprios que, de forma genérica, lhes solicitaram que tomassem posição sobre o assunto. Salientou que a funcionária abriu uma exceção por ser o Vereador Pedro Marques e que, sendo certo que a situação não devia ter acontecido deviam tomar em linha de conta as circunstâncias, o contexto e a hora a que teve lugar, devia haver alguma contenção quando se fazem afirmações desta forma pois a funcionária agiu com a melhor das intenções, na presença de vários outros funcionários, que assistiram. Sublinhou que os trabalhadores participaram de forma muito empenhada na organização do evento, tiveram, quase de um dia para o outro, que recorrer a um plano bê, devido às condições climatéricas, e, apesar de tudo, o evento decorreu de forma excelente. Disse que deviam estar a sublinhar que a organização foi excelente e que os funcionários e as entidades participantes se empenharam ao máximo para que tudo corresse bem, que é isso a notícia e não o facto de um funcionário ter facilitado a aquisição de um kit, a horas tardias, a um familiar do Vereador Pedro Marques. -----



O Sr. Vereador Pedro Marques começou por dizer que as coisas estão mal contadas, primeiro porque não sabia se a senhora que lhe deu o troco era funcionária, nem tinha que saber (não a conhecia como tal mas já se habituou a não conhecer a maior parte dos trabalhadores; quando eles entram, ninguém os apresenta e ninguém os informa; nunca ninguém os levou aos vários locais da Câmara para os conhecer); depois porque estava no carro e a sua filha, que entrou com a sua pulseira, veio dizer-lhe que precisava de três euros (não foi a si que venderam o kit, quando o viram já lhe tinham dito a ela que o vendiam; só quando foi pagar viram que era ele porque o carro não estava à vista deles). Reiterou que falou num facto concreto e nunca falou nos funcionários, nunca teve intenção de acusar qualquer funcionário, e não o fez, limitando-se a descrever o que se passou e é verdade, pelo que, se alguém ficou melindrado foi de uma forma exagerada. Questionou se dizer a verdade é proibido e salientou que não vale a pena vir com esse argumento porque nunca acusou ninguém nesta casa, e muito menos qualquer trabalhador, nas muitas vezes que chamou à atenção um trabalhador fê-lo com frontalidade, rigor, isenção e respeito, e, se tivesse alguma coisa a dizer em relação ao trabalhador não teria problema nenhum em o fazer, mas nunca publicamente em primeiro lugar. Disse que descreveu aqui um facto publicamente, se fosse em relação a qualquer trabalhador fá-lo-ia particularmente, porque é assim que deve ser, e, se achasse a situação tão grave que tivesse que a abordar publicamente tinha perguntado o nome da pessoa, o que não fez, parecendo-lhe que estão a empolar isto porque dá jeito, até por outras razões, se calhar até políticas. No que se refere à Escola Profissional disse que vão esperar para ver o que vai dar, só quer que a Escola seja protegida e não haja aqui mais situações como a do edifício da Águas do Centro. Referiu que, segundo parece, já não está nenhuma instituição naquele edifício, não sabe o que se passa, se é verdade ou não. Perguntou se a Câmara adquiriu algum prédio na Madalena ligado à saúde e, em caso afirmativo, se já houve pagamentos e porque não foram informados. -----

A Sra. Presidente informou que não se passa nada de novo com o edifício que era da Águas do Centro, sendo que as obrigações desta entidade transitaram para a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e, como teve oportunidade de partilhar com os Srs. Vereadores, foi um dos assuntos abordados nas reuniões havidas com esta entidade. Recordou que a AdLVT pretende que o Município de Tomar faça escritura a passar a titularidade da fração onde se encontra o Instituto de Reinserção Social mas não estão reunidos um conjunto de outros pressupostos para que tal se concretize. Disse que a AdC continua a estar em incumprimento com o Município num conjunto vasto de investimentos, para além de que a situação do imóvel terá



que vir à reunião, para reiterar ou revogar a deliberação tomada em mandato anterior sobre esta transferência. No que se refere à aquisição de imóvel na Madalena, recordou que, há uns meses atrás, veio à reunião um contrato de comodato com a Associação de Paço da Comenda, relativo à cedência da antiga EB um de Porto da Lage, que prevê a possibilidade de poder ser instalado ali o centro de saúde, porque a maior parte dos seus utentes são pessoas do lado do Paço da Comenda, e informou que decorrem negociações para adquirir o imóvel onde está o Posto Médico de Porto da Lage, a situação está em avaliação e só vão falar com o ACES quando tiverem estas questões concretizadas. -----

O Sr. Vereador João Tenreiro começou por dizer que não vai perder mais tempo com a questão da funcionária porque a Sra. Presidente já fez o comunicado, sendo certo que as coisas têm a importância que lhes querem dar e, se querem tornar públicas algumas questões que são importantes, para discussão na reunião da Câmara, o devem fazer, e discutir, naquilo que é importante e de estratégia para o concelho de Tomar. Disse que, em sua opinião, a Sra. Presidente quis tornar esta questão mais pública do que devia ser e que, se queria fazê-lo a questão devia ser abordada de uma forma mais discreta porque, motivado também pelo comunicado que a Sra. Presidente fez, as atenções da comunicação social estavam hoje viradas para a reunião da Câmara por causa disto. Disse que, no lugar da Sra. Presidente teria falado com o Vereador Pedro Marques na reunião do Executivo e dado aqui os esclarecimentos que tinha que dar. Disse que também não foi a forma mais correta para os funcionários da Câmara porque a sua atuação está a ser falada de forma pública e, daquilo que lhe foi dado perceber, houve factos e a interpretação que lhes quiseram dar. Salientou que, às vezes, nesta casa, relativamente a afirmações que faz, o PS, encabeçado pela Sra. Presidente, consegue dar outro tom às palavras que profere, como aconteceu, por exemplo, quando votaram contra um protocolo com a Freguesia de Casais e Alviobeira, tendo, de imediato, o Adjunto da Sra. Presidente, hoje Deputado, falado com o Presidente da Junta para dizer que o PSD tinha votado contra as obras na Freguesia, quando, na verdade, não votaram contra as obras na Freguesia mas contra o documento apresentado. Sublinhou, também a título de exemplo, que não quer dizer que o Vereador Bruno Graça chamou parvos aos eleitores do PS, de certeza que não foi isso que ele chamou, ou não foi isso que quis chamar, sendo certo que está na comunicação social que só um parvo é que acreditou nas promessas dos cem dias, o que, supostamente, parece indicar que estava a chamar parvos aos eleitores do PS. Disse que estranha não ter visto a Sra. Presidente, quando aqui disse que descobriram faturas, no valor de alguns milhões de euros, que não estavam no sistema informático e houve um Vereador



que disse que estavam debaixo do tapete e alguém ia preso, pedir desculpas aos trabalhadores da Divisão Financeira ou exigido que esse vereador se desculpasse pelo que foi dito relativamente a esses funcionários porque, supostamente, se alguém ia preso era daquela divisão. Disse que devem tratar as coisas com coerência e com equilíbrio porque fazem parte de um órgão executivo, constituído por sete elementos, todos responsáveis, com um percurso profissional e familiar, têm a responsabilidade de levar a bom porto uma Câmara Municipal e um concelho, há concelhos vizinhos que se podem estar a aproveitar de alguma inércia por parte da Câmara Municipal de Tomar e, se continuam com estas histórias, não saem daqui e nunca mais discutem o que, de facto, querem para o futuro de Tomar. Referindo-se à questão da A13, referiu que, para sua surpresa, não veio à reunião uma proposta de deliberação para tomarem posição sobre esta matéria, e perguntou o que é que a Sra. Presidente pretendia fazer porque houve três moções aprovadas na Assembleia Municipal para que pudessem agir e, até agora, pese embora a Sra. Presidente possa ter novidades, não conhece nenhuma posição do Governo relativamente à redução das portagens e têm que ter alguma preocupação nesse sentido. Disse que tem que voltar a falar na questão da segurança porque são abordados na rua e tiveram conhecimento que, no sábado à noite, por volta das vinte e três horas e trinta minutos, houve violentos confrontos na rua e as coisas começam a tomar proporções que os obrigam a intervir. Referiu que, se não temos efetivos da PSP, ou bem que exigimos mais efetivos ou bem que exigimos alguma coisa porque, claramente, o que se fala à boca cheia em Tomar é que, à noite, se trafica droga nas arcadas da Câmara Municipal, é algo que começa a preocupar, se se comenta isto na cidade é bom que se averigue se é verdade ou não, se ponha a PSP a vigiar esta zona. Sublinhou que não sabe se é verdade ou não, mas comenta-se - diz o ditado popular, onde há fumo há fogo - e é algo que os deve preocupar. Referiu-se à reunião de trabalho havida sobre a IBM e recomendou algum tratamento especial relativamente à sua instalação porque o protocolo firmado era para dez anos e visava a criação de duzentos postos de trabalho, já tinham sido criados duzentos e setenta e, segundo julga saber, há disponibilidade para ficar mais tempo, havendo um município vizinho, cuja presidente é também presidente da CIMT, que está a mexer-se nesta área. Disse que espera que, tendo-nos roubado algumas valências do Hospital não nos possam também roubar esta valência tão importante como é a IBM. Recordou que, na altura em que foi instalado o designado Tomar Simples, os Vereadores do PSD alertaram para a falta de acessibilidade ao Balcão Único, continuando a verificar-se falta de acesso das pessoas com mobilidade reduzida àquele local pelo que, tendo sido aprovado o projeto das acessibilidades no edifício da Câmara



Municipal, sugeriu que essa acessibilidade possa ser facilitada desde já, mesmo que a título provisório, colocando umas placas nos acessos. No que se refere ao incêndio ocorrido em julho do ano passado, e tendo em atenção a proposta apresentada pelos IpT no sentido de dar uma compensação às pessoas afetadas, perguntou o que se passa com as estufas da Perdigueira pois têm a informação que a Sra. Presidente esteve no local, acompanhada do Presidente da Junta, mas, até ao momento, não houve nenhum desenvolvimento por parte da Câmara Municipal para avaliar os danos. Tendo em conta que, na última reunião, a Sra. Presidente fundamentou a tomada de posição da Câmara em relação à A13 com base em três moções aprovadas na Assembleia Municipal, mas, questionada sobre o que pretendia fazer relativamente a duas moções, também ali aprovadas, no sentido de a Câmara recuar no encerramento da escola básica de Paialvo e do jardim de infância de Fétal de Cima, respondeu que se tratava de uma mera recomendação, os Vereadores do PSD apresentam hoje uma proposta de deliberação, para discussão na próxima reunião, como determina a lei, no sentido de a Câmara Municipal de Tomar deliberar não encerrar o referido jardim de infância e solicitar ao Ministério da Educação uma autorização excecional para que a escola possa continuar em funcionamento no próximo ano letivo. Para terminar, referiu um assunto que não gostava de abordar mas tendo em conta que vem nas redes sociais, na página do blogue do Deputado Municipal Luís Ferreira, que já foi Chefe de Gabinete, e na comunicação social, para além de ser referido nas entrevistas que o mesmo dá, primeiro em relação à instalação das famílias de etnia cigana em terrenos junto à GNR – os vereadores do PSD têm vários requerimentos que não são respondidos, nomeadamente sobre a questão dos parques nómadas que a Sra. Presidente anunciava, e, das duas uma: ou essa pessoa continua a ter um pé dentro e outro fora, como as pessoas dizem e comentam, e tem informação privilegiada, que os vereadores não têm, ou é bruxo e adivinha as coisas – e agora, para sua surpresa, vem anunciar uma candidatura de cinco milhões de euros para a valorização do parque empresarial de Tomar de que os Vereadores também não têm conhecimento. Referiu que é verdade que a Sra. Presidente disse que ia dar essa informação mas também é verdade que, há uns meses, apresentaram um requerimento em concreto sobre esta questão e não lhes foi dada resposta. Disse que, de certeza, este Deputado Municipal Luis Ferreira deve ter informação mais privilegiada do que têm os Vereadores, tem que concordar claramente com o Vereador Pedro Marques de que estão a tentar dar uma imagem lá para fora, como deram na campanha eleitoral, que ele não está e depois colocam-no. Disse que não tem nada contra, nem nunca ouviram da sua boca o facto de ele ter uma relação afetiva com a Sra. Presidente e ser seu



Chefe de Gabinete - sempre disse, e reafirma, que para o nosso gabinete escolhemos quem é da nossa confiança e nos dá mais apoio, independentemente do grau de parentesco -, não é por haver uma relação que fala, antes pelos modos de atuação, não quer massacrar mais a Sra. Presidente com isso mas vê-se obrigado a fazê-lo. Disse que vai esperar que não seja uma falta de respeito para com os vereadores que não estão a tempo inteiro relativamente a um Deputado Municipal, que até dá entrevista na Radio - a Sra. Presidente pode responder-lhe que não tem nada a ver com isso, mas tem porque ele é Deputado Municipal do seu partido (no PSD, os deputados Municipais podem dar as entrevistas que querem, não estão limitados, mas as coisas são concertadas), faz parte do órgão fiscalizador e já está a dar informações relativamente a uma suposta atuação, sendo certo que, vendo bem, não há nada porque está tudo dependente da aprovação do PDM. Pediu à Sra. Presidente que responda aos requerimentos, atempadamente, para que não sejam confrontados com estas respostas indiretas por parte desta pessoa. -----

A Sra. Presidente começou por recordar que partilhou com os Srs. Vereadores que está em preparação uma candidatura para a requalificação do parque empresarial, a qual ainda não está terminada, nem próximo disso, decorrendo contatos da Equipa do Tomar dois mil e vinte com as empresas ali instaladas para recolha de elementos necessários, para além de que não faria sentido fazer uma candidatura sem ouvir a ACITOFEBBA, estando agendada para esta semana uma reunião com esta associação. Disse que pode vir a público o que entenderem mas, no caso das famílias de etnia cigana é natural que, quando cá esteve, o Chefe de Gabinete tivesse acesso a informação, não é um assunto que tenha começado a ser trabalhado agora. Disse que é consigo haver ou não relação - também percebeu que o Sr. Vereador não queria entrar por aí -, que a pessoa continuará a dizer sempre o que entender, continuará a fazer sempre o que entender, sendo certo que o Presidente do PS já veio a público dizer que o Deputado Municipal não fala pelo Partido e quem são as pessoas que o podem fazer, para além do próprio. No que se refere à A13, disse que o assunto não veio a esta reunião porque ainda não consensualizaram o texto final da proposta, e vai constar na ordem do dia da próxima reunião. Aproveitou para pedir aos Srs. Vereadores que, no final dessa reunião, pudessem participar numa reunião de trabalho mais restrita para falar sobre o Plano Diretor Municipal. Em matéria de segurança, informou que está agendada para a próxima quarta-feira uma reunião com o Comissário da PSP e que aquela força de segurança levou hoje a cabo um conjunto de ações. Quanto à IBM, garantiu que está assegurada a sua continuidade em Tomar. Deu conta que, inicialmente, como abordaram em reunião anterior, seria assegurada através



9

de um investimento entre o IPT e o Município de Tomar, em terrenos do primeiro, mas, perante o interesse de um ou outro privado nesse investimento, o projeto foi reformulado e está a avançar nesse sentido. Informou que aguardam avisos de candidatura que abrangam esse investimento e, se os mesmos não existirem terão que equacionar muito bem e ir a custas próprias. Relativamente ao incêndio de julho, referiu que foi feito o levantamento de todos os agricultores e particulares afetados, essencialmente na Freguesia de Asseiceira, sendo o dano mais avultado precisamente nas estufas, documento que foi remetido à Secretaria de Estado, para estarem seguros naquilo que poderá dizer e, também, para ver se pode participar. Por último, salientou que, quando apresentou o projeto de acessibilidades ao edifício dos Paços do Concelho deu conta que se aguardava que a Direção Geral do Património Cultural autorizasse a colocação de acesso ao Balcão Único, a título provisório. Informou que estão a negociar com aquela entidade uma solução provisória, sem muitos custos para o Município, estando agendada para um de junho uma reunião para abordar o assunto. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques reiterou o requerimento apresentado a onze de maio de dois mil e quinze, sobre as despesas efetuadas pelo gabinete da presidência e de apoio aos vereadores, alargando o período de abrangência até trinta e um de dezembro do mesmo ano (inclusive): relação detalhada, mês a mês e individualizada por cada membro do Gabinete, das despesas efetuadas desde o início do presente mandato, cujo detalhe deverá contemplar a desagregação de tais despesas por ajudas de custo, refeições, alojamento, deslocações (quilómetros), com ações de formação e outras; indicação da(s) viatura(s) do município utilizada(s) por cada membro do Gabinete durante este período. Sublinhou que este requerimento veio na sequência da resposta que obteve a outro requerimento e solicitou que que o mesmo fosse respondido no prazo devido, pese embora, da última vez que o assunto aqui foi falado, a Sra. Presidente tenha dito que aguardava um parecer que solicitara. -----

O Sr. Vereador Hugo Cristóvão disse que tem que tecer alguns comentários à intervenção do Vereador João Tenreiro. No que se refere ao Congresso da Sopa, salientou que não foi a Presidente, nem nenhum vereador a tempo inteiro, que fez deste caso uma notícia. Sublinhou que é de responsabilidade a afirmação que o Sr. Vereador fez quanto à segurança, a qual, provavelmente, vai fazer notícia, recordando que foi também o Sr. Vereador que, em tempos, disse que se sentia mais à vontade a andar em Lisboa que em Tomar, por exemplo. No que se refere à proposta apresentada sobre o encerramento das escolas, disse que, vindo do partido que, nos últimos dezasseis anos, encerrou cerca de quarenta e cinco escolas no concelho de Tomar, é, no mínimo, de uma grande hipocrisia, de um aproveitamento populista - uma coisa



é perceber o papel dos Presidentes de Junta, pois estão a defender o seu território, independentemente das razões; agora quando outras pessoas, neste caso um partido, têm um historial e tentam usar este tipo de coisas, no mínimo, o que se pode dizer é que é hipocrisia - até porque o Sr. Vereador sabe - e tem canais facilitados para saber - que, nesta fase do ano, as questões para o próximo ano letivo estão, no essencial, resolvidas e planeadas, sabem que só serve para folclore. Por fim, reiterou o que a Sra. Presidente já disse em relação à comunidade cigana, que há muito trabalho que está a ser feito, há muitos meses, e, se há pessoas - em linguagem futebolística, costuma usar muitas vezes o exemplo do Isaías, um jogador do Benfica que era conhecido por rematar muito, tantas vezes rematava que alguma havia de acertar - que se dedicam a isso no espaço público, tanto se remata que alguma se há-de acertar, mas só lhes dá atenção quem quer e parece que o PSD lhes dá muita atenção, e a esse tipo de afirmações. Sublinhou que andam aqui todos os dias a trabalhar para estas coisas e lhes custa certas situações; por isso, tem que acrescentar que, se alguém tem algum tipo de acesso eventual a alguma informação privilegiada, o Sr. Vereador, que também é Presidente do PSD, se calhar, tem que ver melhor dentro dos seus militantes, ou simpatizantes, que possam ser funcionários desta casa quem é que efetivamente passa essas informações porque, se calhar, não vêm dos sítios que julga que vêm.-----

O Sr. Vereador João Tenreiro disse que não vai baixar o nível da discussão, como o Sr. Vereador Hugo baixou, porque, se o Sr. Vereador quiser adjetivar olhe-se ao espelho e adjective-se a si próprio. Disse que, mais uma vez, interpretam as coisas à sua maneira, pois é uma proposta fundamentada em duas moções aprovadas na Assembleia Municipal - onde o PS não tomou posição sobre o assunto, abstendo-se - para que o assunto aqui seja discutido. Disse que o PSD está a fazer o que a maioria, e o Sr. Vereador que tem a pasta da educação, já deviam ter feito porque, se há uma deliberação da Assembleia Municipal relativamente ao encerramento de uma escola e de um jardim de infância o Sr. Vereador poderia, e deveria, trazer aqui o assunto para discussão, e não o fez, pelo que, depois de aqui ouvir que se trata de uma mera recomendação, pondo de parte e em plano secundário, um órgão fiscalizador, de que o Sr. Vereador Hugo já fez parte, o PSD traz o assunto a discussão. Pediu ao Sr. Vereador que não venha chamar hipocrisia a isto porque não lho admite, que não volte a fazê-lo porque nunca adjectivou as posições que tomam nesse sentido. -----

A Sra. Presidente disse que a proposta será agendada e discutida na próxima reunião e que tendo recebido agora a cópia das moções aprovadas na Assembleia Municipal foram as



mesmas enviadas aos Srs. Vereadores, como acontece com toda a documentação que vem daquele órgão. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, as atas das reuniões do Executivo Municipal realizadas nos dias vinte seis de abril e nove de maio de dois mil e dezasseis, cuja leitura foi dispensada por terem sido distribuídas previamente a todos os membros da Câmara Municipal, as quais foram aprovadas por unanimidade. -----

A Sra. Vereadora Maria Beatriz Schulz Nunes não participou na votação por não ter estado presente nas referidas reuniões, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

O Sr. Vereador Pedro Marques apresentou a seguinte declaração para a ata: -----

"Na sequência das minhas declarações sobre o Congresso da Sopa que produzi na reunião do executivo camarário de 9 de Maio p.p. e que são transcritas na Acta da referida reunião (nº13/2016, a fis. 32), já aprovada e que a seguir se reproduzem:-----

("... referiu que as contas do Congresso da Sopa não poderão ser as mais corretas porque houve pagamentos sem qualquer recibo e, para sua surpresa, o troco que lhe foi dado foi retirado do bolso de alguém. Disse que há muito tempo, desde o início, defende que a receita do Congresso da Sopa fosse para o CIRE e que fosse a instituição a vender os bilhetes. Referiu que aguarda para ver o que vai chegar, os convites que houve ou não houve, porque isso também importa."), emitiu a Sra. Presidente da Câmara um comunicado em que me imputa declarações que não fiz e retira conclusões inadmissíveis e abusivas. -----

- **Repudio veementemente o teor do comunicado da Sra. Presidente da Câmara**, pois conforme se pode constatar, quer pela acta da reunião de câmara, quer pelo comunicado da Sra. Presidente, os factos constantes das minhas declarações correspondem integralmente ao que se passou e são verdadeiros; -----

- no seu comunicado a Sra. Presidente esqueceu-se, por certo, de mencionar um facto que eu referi, ou seja **"...houve pagamentos sem qualquer recibo..."**, pois não me foi entregue qualquer recibo. Assim, nunca a Sra. Presidente da Câmara poderia retirar conclusão semelhante à que retirou, ao afirmar que lancei suspeitas sobre funcionários ou voluntários. Pois tal conclusão, para além de não corresponder minimamente às minhas declarações, é abusiva e ofensiva. Os trabalhadores do Município e de outras instituições por onde passei,



conhecem-me e sabem com muita clareza, o respeito e a frontalidade das relações que sempre mantive com todos eles; -----

- se alguma conclusão a Sra. Presidente poderia ter retirado das minhas declarações era de que haveria algo a "afinar" na organização do evento. Assim, em qualquer futuro evento do Município, a bem da transparência e a fim de evitar "equivocos", a todo e qualquer pagamento deverá corresponder um recibo a entregar ao utente. -----

Portanto, não devo qualquer pedido de desculpas aos trabalhadores e voluntários do Congresso da Sopa. Mas reitero, isso sim, a todos os trabalhadores do Município o respeito (que, aliás, a Sra. Presidente soube pôr de lado relativamente a alguns funcionários municipais no início do mandato e, até ao momento, ainda não apresentou, como devia, desculpas públicas) e o agradecimento pela forma abnegada como, no exercício das suas funções, sempre souberam defender o interesse público. -----

Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:-----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia vinte de maio do ano de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil cento e sessenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos (3.468.165,67€) em Operações Orçamentais, e cento e oitenta e cinco mil setecentos e trinta euros e quarenta e sete cêntimos (185.730,47€) em Operações Não Orçamentais. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 01 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente para atribuição de um subsídio ao Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar no montante de 7.000€ (sete mil euros). -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5946/2016, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por maioria de quatro votos a favor e três votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, Maria Beatriz Schulz Nunes e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----



J.
Ad

72

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e Maria Beatriz Schulz Nunes apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios.-----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

N.º 02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente para atribuição de um subsídio à Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, no montante de 6.100€ (seis mil e cem euros), para apoio às suas atividades estatutárias.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5947/2016, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por maioria de quatro votos a favor e três votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, Maria Beatriz Schulz Nunes e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e Maria Beatriz Schulz Nunes apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios.-----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores. -----

Pretendemos saber: -----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara? -----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?". -----

N.º 03 - PROTOCOLO DE PARCERIA COM A VODAFONE PORTUGAL - COMUNICAÇÕES PESSOAIS, SA -----



g
A

Este assunto foi retirado pela Sra. Presidente face às questões colocadas pelos Srs. Vereadores João Tenreiro e Pedro Marques, relativas a falta de definição do que são smallcells e femtocells (objeto do protocolo, cláusula primeira), isenção das taxas municipais (alínea c) do número um da cláusula terceira) e duração do protocolo (cláusula quarta). -----

N.º 04 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR COM A AUTORIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL DO CENTRO NO ÂMBITO DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO APRESENTADO PELO MUNICÍPIO DE TOMAR -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente para aprovação da minuta do contrato de delegação de competências a celebrar com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano apresentado pelo Município de Tomar, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do supra referido contrato de delegação de competências, nos seus precisos termos. -- Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, Maria Beatriz Schulz Nunes e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e Maria Beatriz Schulz Nunes apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do PSD desde já declaram que o documento em causa lhes levanta grandes dúvidas uma vez que se trata de um documento de delegação de competências que já haviam sido delegadas. -----

Como tal, entendemos que a Câmara Municipal de Tomar não pode ser uma entidade gestora dos mesmos fundos comunitários de que venha a beneficiar. -----

Aliás, os Vereadores do PSD recomendaram que este ponto fosse retirado para que algumas dúvidas colocadas na discussão fossem suscitadas junto dos juristas da Câmara Municipal e dos Técnicos da Comunidade Intermunicipal. Sem haver tais esclarecimentos, e sendo certo, também, que os Vereadores do PSD nunca foram ouvidos na elaboração do PEDU, optam pela abstenção." -----

PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO: -----

N.º 05 – CEDÊNCIA DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO (PRIMEIRO PISO - ALA NASCENTE) À ADIRN-----



J
A

Por proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão, foi presente a minuta do contrato de comodato a celebrar com a ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, para instalação da respetiva sede no primeiro andar do Convento de São Francisco (ala nascente). -

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do contrato de comodato apresentada, nos seus precisos termos.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE: -----

N.º 06 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE TOMAR REFERENTE A 2015-----

Foram presentes, para conhecimento, o relatório da atividade e contas da EPT – Ensino Profissional de Tomar, Lda, referentes ao exercício de 2015.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

Os Srs. Vereadores do PSD reiteraram o teor do requerimento formulado a nove de maio para fornecimento de cópia da(s)deliberação(ões) tomada(s) quanto à cedência de espaço à Escola Profissional de Tomar no edifício do ex-Colégio Nuno Álvares Pereira **e requereram** o fornecimento das atas das reuniões da Direção da Escola Profissional de Tomar, realizadas entre outubro de dois mil e treze e a presente data.-----

N.º 07 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO PARA OTIMIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS E A REALIZAR NO CABLE PARK INSTALADO NA ÁREA DO MUNICÍPIO DE TOMAR – ponto da situação

Foi presente, para conhecimento, informação relativa ao ponto da situação da exploração da estância de Wakeboard do Médio Tejo, nomeadamente quanto aos constrangimentos que impedem o prosseguimento da proposta de contrato interadministrativo apresentado pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e à solução em análise para a época balnear de 2016.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 08 – GEMINAÇÃO ENTRE TOMAR E VINCENNES-----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa à deslocação da Sra. Presidente e do Sr. Vice-Presidente a Vincennes, nos dias 13 a 15 de maio de 2016, no âmbito da geminação daquela cidade com Tomar.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

N.º 09 – TRANSMISSÃO DO LOTE 9 DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR E DAS CONSTRUÇÕES EXISTENTES -----

Este assunto foi remetido para o final da ordem do dia. -----

GABINETE DE ECONOMIA LOCAL SUSTENTÁVEL: -----

N.º 10 – ATRIBUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA A FEIRA DE SANTA IRIA 2016 - nomeação de júri -----

Foi presente a informação n.º 57/2016 da Divisão de Manutenção e Equipamentos, submetendo ao Executivo Municipal a nomeação de júri dos procedimentos para atribuição de espaços para a Feira de Santa Iria de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou nomear o júri dos procedimentos a que se referem as alíneas d) do artigo 6.º e e) do artigo 7.º do regulamento da Feira de Santa Iria e Feira das Passas: -----

Presidente: Natércia Maria Roberto Ferreira Luís; Vogais efetivos: Humberto da Rosa Simões e Sónia Maria Garcia Antunes; Suplente: António Lopes Caetano. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 11 – FEIRA DE SANTA IRIA 2016 – organização do espaço -----

Foi presente a informação n.º 164/2016 do Gabinete de Economia Local Sustentável, submetendo ao Executivo Municipal o mapa de organização do espaço da Feira de Santa Iria de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o mapa de organização do espaço da Feira de Santa Iria de 2016, nos termos do n.º 1 do artigo 3.º do regulamento da Feira de Santa Iria e Feira das Passas. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e as abstenções dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, Maria Beatriz Schulz Nunes e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 12 – UTILIZAÇÃO DE LUGARES DE ESTACIONAMENTO TARIFADO NO TERREIRO DE D. GUALDIM PAIS – Regimento de Infantaria n.º 15 -----

Foi presente a informação n.º 126/2016 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a isenção do pagamento das tarifas pela utilização de lugares de estacionamento tarifado no Terreiro de D. Gualdim Pais, no dia 19 de maio de 2016, no âmbito das comemorações do 210.º aniversário do Regimento de Infantaria n.º 15, enquadrada no artigo 10.º do regulamento de



J.

estacionamento tarifado de duração limitada no Terreiro de D. Gualdim Pais e na Ermida de Nossa Senhora da Conceição.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, isentou o RI 15 do pagamento das tarifas devidas. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 13 - CEDÊNCIA DE GRADES DE PROTEÇÃO À ORGANIZAÇÃO DO EVENTO REMEMBER PIM PIM 2016 -----

Foi presente a informação n.º 2518/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de 15 grades de proteção para utilização no evento Remember Pim Pim de 2016, conforme solicitado. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar o empréstimo das grades solicitadas, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 14 - CEDÊNCIA DE AREIA DO RIO À JUNTA DE FREGUESIA DE OLALHAS-----

Foi presente a informação n.º 2409/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a cedência de 6 m3 de areia do rio à Junta de Freguesia de Olalhas, para utilização nas valetas da EM 1103, entre Pelinos e Aboboreiras, originando uma despesa de 115,00€ (cento e quinze euros).-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 15 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA - Liberação de garantia -----

Foi presente a informação n.º 2603/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo ao Executivo Municipal a liberação de 15% do valor das garantias n.ºs 2537.002388.293 e 2537.002533.893, da CGD, prestadas no âmbito da empreitada de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira, conforme solicitado pela Sociedade de Construções José Coutinho, SA.-----



[Handwritten signature]

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou promover a liberação de 15% das supra referidas garantias, no valor de 82.813,79€ (oitenta e dois mil oitocentos e treze euros e setenta e nove cêntimos), nos termos da informação que homologa. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 16 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA (ESCOLA DO 1.º CICLO) - Liberação de garantia -----

Foi presente a informação n.º 2604/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo ao Executivo Municipal a liberação de 30% do valor da garantia n.º 2537.002889.293, da CGD, prestada no âmbito da empreitada de execução dos trabalhos decorrentes da atualização do projeto de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira (Escola do 1.º Ciclo), conforme solicitado pela Sociedade de Construções José Coutinho, SA.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou promover a liberação de 30% da supra referida garantia, no valor de 11.395,22€ (onze mil trezentos e noventa e cinco euros e vinte e dois cêntimos), nos termos da informação que homologa. ----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 17 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DECORRENTES DA ATUALIZAÇÃO DO PROJETO DE CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BÁSICA INTEGRADA D. NUNO ÁLVARES PEREIRA (ESCOLA DO 2.º E 3.º CICLOS E PAVILHÃO DESPORTIVO) - Liberação de garantia-----

Foi presente a informação n.º 2602/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo ao Executivo Municipal a liberação de 15% do valor da garantia n.º 2537.002888.493 e Conhecimento do Depósito n.º 0813057605150, da CGD, prestadas no âmbito da empreitada de execução dos trabalhos decorrentes da atualização do projeto de construção da Escola Básica Integrada D. Nuno Álvares Pereira (Escola do 2.º e 3.º Ciclos e Pavilhão Desportivo), conforme solicitado pela Sociedade de Construções José Coutinho, SA. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou promover a liberação de 15% das supra referidas garantias, no valor de 31.089,01€€ (trinta e um mil, oitenta e nove euros e um cêntimo), nos termos da informação que homologa. ----- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----

N.º 18 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER-----



9.
11

78

Foi presente o processo n.º 183/EDIF/DGT/2016, relativo pedido de parecer para constituição de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 68, secção AA, da Freguesia de São Pedro de Tomar, de que é titular Henrique Malheiro Dias Guedes de Campos, com informações n.ºs 4087/2016 e 4110/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 68, secção AA, da Freguesia de São Pedro de Tomar, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.-----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 19 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES -----

REQUERENTE: IFM - Indústria de Fibras de Madeira, SA -----

Foi presente o processo n.º 1252/2004, relativo à ampliação de armazém em Valbom, União das Freguesias de Tomar (São João Batista e Santa Maria dos Olivais), em nome de IFM - Indústria de Fibras de Madeira, SA, com as informações n.ºs 4236/2016 e 4239/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a declaração de caducidade do ato de licenciamento das obras de ampliação de armazém, pelos fundamentos apresentados. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou declarar a caducidade do ato de licenciamento, ao abrigo do n.º 2 do artigo 71.º do RJUE, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 10 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, a mesma se considera como definitiva para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. ---
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 20 – ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ARMAZÉM PARA COMÉRCIO E SERVIÇOS lugares de estacionamento - Proc.º 408/2015 – Jacinto das Neves Henriques -----

Este assunto foi retirado pela Sra. Presidente por não estar informado o valor da compensação a pagar ao Município.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:-----

N.º 21 – UTILIZAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA PROCISSÃO DAS VELAS – ISENÇÃO DE TAXAS -----



J.
A

Foi presente a informação n.º 1260/2016 da Divisão de Assuntos Jurídicos e Administrativos, submetendo a apreciação do Executivo Municipal a isenção das taxas inerentes ao licenciamento da procissão das velas que se realiza no dia 31 de maio de 2016, conforme solicitado pela Fraternidade de Tomar da Ordem Franciscana Secular. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Fraternidade de Tomar da Ordem Franciscana Secular do pagamento das taxas devidas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----

N.º 22 – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO – Agrupamento 542 do Corpo Nacional de Escutas-----

Este assunto foi retirado pela Sra. Presidente face à informação prestada pelos serviços de que não se verificou a utilização das instalações municipais para o efeito solicitado.-----

N.º 23 – 23.º CONGRESSO DA SOPA – Balanço final-----

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 807/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, a apresentar o balanço final da 23.ª edição do Congresso da Sopa, que decorreu no dia 7 de maio de 2016. -----

A Câmara tomou conhecimento.-----

N.º 24 – CEDÊNCIA DE PROJETORES À ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E DESPORTIVA DE CHARNECA DO MAXIAL-----

Foi presente proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 754/2016 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a cedência de dois projetores para utilização na festa anual da Associação recreativa e Desportiva de Charneca do Maxial, que decorre entre 10 e 12 de junho de 2016. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

UNIDADE DE DESPORTO E JUVENTUDE:-----

N.º 25 - UTILIZAÇÃO DAS PISCINAS DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE TOMAR – Sociedade Filarmónica Gualdim Pais-----



[Handwritten signature]

Foi presente a informação n.º 626/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização das piscinas do Complexo Desportivo Municipal de Tomar, no dia 21 de maio de 2016, para realização do Torneio Jovem Nadador, conforme solicitado pela Sociedade Filarmónica Gualdim Pais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

O Sr. Vereador Bruno Victor Domingos Graça não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

N.º 26 - UTILIZAÇÃO DO PAVILHÃO D. NUNO ÁLVARES PEREIRA – Associação Nacional de Artes Marciais/Centro de Karate-do Shotokan de Tomar-----

Foi presente a informação n.º 615/2016 da Unidade de Desporto e Juventude, submetendo a apreciação do Executivo Municipal, a isenção do pagamento devido pela utilização do Pavilhão D. Nuno Álvares Pereira para realização de Estágio/Treino e Torneio de Karaté, no dia 7 de maio de 2016, e para realização de Estágio e Exames da referida modalidade, nos dias 8 a 10 de julho, conforme solicitado pela Associação Nacional de Artes Marciais/Centro de Karate-do Shotokan de Tomar. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou isentar a Associação Nacional de Artes Marciais/Centro de Karate-do Shotokan de Tomar do pagamento devido pela utilização das referidas instalações municipais, nos termos do n.º 4 do art.º 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

EXPEDIENTE:-----

N.º 27 – FORNECIMENTO DE ÁGUA PELA EPAL E ÁGUAS DE LISBOA E VALE DO TEJO--

Foi presente, para conhecimento, a deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos SMAS, em reunião realizada a 2 de maio de 2016, sobre o consumo de água em março do corrente ano, relativo aos contratos de fornecimento e concessão com a EPAL e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----



A reunião foi interrompida pelas dezasseis horas e quarenta minutos, para recolha presencial de informação relativa ao ponto seguinte, dada a falta de rede, e reiniciada cinco minutos depois, retomando a ordem do dia.-----

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: -----

N.º 09 – TRANSMISSÃO DO LOTE 9 DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR E DAS CONSTRUÇÕES EXISTENTES -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente, no seguimento da informação n.º 25/2016 do Gabinete de Desenvolvimento Económico, submetendo ao Executivo Municipal o exercício do direito de preferência na alienação do Lote 9 da Zona Industrial de Tomar, agora designado Parque Empresarial de Tomar, e das construções nele erigidas, a favor de Justino Louro Fernandes & Filhos, Lda, nos termos e condições indicadas pela Sapa Portugal, Extrusão e Distribuição de Alumínio, SA, atual detentora do direito de superfície, por fusão por incorporação da ANODIL – Anodização e Coloração de Alumínio, SA, pelos fundamentos apresentados.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou não exercer o direito de preferência na transmissão onerosa do supra referido lote e das construções nele erigidas, e autorizar a sua transmissão a favor de Justino Louro Fernandes & Filhos, Lda, nas condições apresentadas pelo superficiário, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo dezassete horas, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.---

Avelina Maria Lopes Leal

Avelina Maria Lopes Leal
